

## HISTORIOGRAFIA CAMPINEIRA: PROJETO DE PESQUISA

João Miguel Teixeira de GODOY\*

### RESUMO

Os estudos historiográficos constituem um campo em expansão na comunidade dos profissionais da história. Os exemplos e possibilidades de estudos, como demonstra um balanço sucinto das obras de maior evidência, são vários. Porém é uma área que possui ainda uma carência de reflexão de caráter metodológico. A existência de abundante de escritos sobre a cidade de Campinas pode servir como laboratório para o aperfeiçoamento desses instrumentos analíticos.

**Palavras-chaves:** Historiografia, Campinas, metodologia.

### ABSTRACT

*Os historiográficos studies constitutes a field in expansion in the community of the profissinais of history. The examples and possibilities of studies, as it demonstrates a rocking brief of the workmanships of bigger evidence, are several. However it is an area that still possesss a lack of reflection of metodológico character. The existence of abundant of writings on the city of Campinas can serve as laboratório for the perfectioning of these analytical instruments.*

**Word-keys:** *Historiografia, Campinas, methodology.*

### I

Já foi dito que a história é filha de seu tempo. No caso, o conhecimento histórico. De fato, no lugar do conhecimento histórico duas temporalidades entrecruzam-se: o tempo *sobre o qual* se fala e o tempo *a partir do qual* se fala. A mera constatação da interferência ou do diálogo entre o presente e o passado parece, entretanto, insuficiente. O problema mais desafiador sempre foi a identificação precisa dos mecanismos complexos dessa

interferência, evitando os determinismos ou ideologizações apressadas no processo de análise. Mas o fato é que as movimentações, mudanças de focos e inovações, perceptíveis na trajetória do saber histórico, articulam-se com as movimentações de seu campo, as dimensões indeterminadas da ação humana.

Entre as movimentações mais recentes nos estudos históricos tem chamado a atenção, de vários observadores, o número crescente de publicações, dossiês, simpósios, etc., a respeito dessa área de investigação denominada

---

\* Docente da Faculdade de História da PUC-Campinas e Doutor em História Econômica pela USP.

historiografia, ou seja, história da história. No final dos anos 80, para citar um exemplo, o historiador Fernando Novais, em palestra na UFRJ, sobre os rumos da produção acadêmica na área de história no Brasil, chamava a atenção para o fenômeno<sup>1</sup>. Embalado pelo aparecimento, na década de 70, de várias teses sobre figuras-chaves da historiografia brasileira<sup>2</sup>, e a frequência crescente com que o tema surgia nos simpósios e encontros periódicos da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), vaticinava sobre a possibilidade de multiplicação dos estudos de historiografia em contraste com períodos anteriores, onde destacava-se a figura isolada de José Honório Rodrigues. Os fatores da nova tendência seriam dois: expansão e diversificação da produção dos historiadores no conjunto e a necessidade, dado o ambiente político do Regime Militar, dos intelectuais realizarem um “exame de consciência” revendo seu papel e função social em contextos de crise. Em 1995, o mesmo historiador repetia com mais ênfase e detalhes o diagnóstico, mas já apontando características e problemas: a não especialização (aspecto positivo), a ênfase no estudo de autores em detrimento de outros possíveis recortes e a ausência de uma reflexão teórico-metodológica específica da área<sup>3</sup>. No final dessa década, a partir de Minas Gerais, com o Francisco Iglésias; Rio de Janeiro, com a publicação de *Domínios da História*, obra organizada por Ciro F. Cardoso e Ronaldo Vainfas<sup>4</sup>, e São Paulo, com o ensaio “Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea” de José Jobson Arruda e José M. Tengarrinha<sup>5</sup> (onde encontra-se um capítulo de meta-historiografia), a impressão sobre a emergência e consolidação do novo campo de pesquisa pareceu se generalizar<sup>6</sup>. Embora a identificação dos fatores dessa emergência e sua utilidade tenha sofrido variações. O fato é que se abandonou a hipótese inicial de que a multiplicação dos estudos de historiografia traduziam um certo “mal-estar” dos intelectuais diante dos rumos históricos do quadro político-institucional brasileiro e de seu lugar nele, para uma explicação centrada na dinâmica

interna da “corporação” e do campo dos estudos históricos: o acúmulo de estudos compondo uma massa crítica, demandando um trabalho de classificação e avaliação *interna corporales*; a necessidade de definição de ferramentas auxiliares da pesquisa; desdobramentos e impactos da expansão dos estudos na área de história cultural; a compreensão e o enfrentamento das questões colocadas por uma pretensa “crise da história” e as necessidades decorrentes de reafirmação da identidade do historiador, entre outros motivos. De modo que a constatação geral é a de que a atmosfera na qual os historiadores tem iniciado seu trabalho está hoje carregada mais de dúvidas do que certezas a respeito da natureza, abrangência, utilidade, rumos e possibilidades do saber histórico. Sem esse debate, na verdade, nenhum trabalho de investigação parece poder se iniciar. Claro que essa situação não pode ser totalmente negativa. De tempos em tempos o avanço de qualquer ramo do conhecimento está atrelado à capacidade de seus praticantes em rever, radicalmente as vezes, as bases a partir das quais suas estratégias de aproximação da realidade estão fundamentadas. Os estudos de historiografia, de modo geral, possuem essa orientação.

Certamente existem muitas possibilidades de abordagem das obras dos historiadores e de sua trajetória no tempo. Alguns estudos privilegiam a evolução do instrumental técnico e metodológico que compõe o estatuto científico atual do conhecimento histórico. Valoriza, nesse sentido, as dimensões mais formais do trabalho do historiador. O livro *Historiografia* de Charles-Olivier Carbonell, pode ser um exemplo dessa abordagem. Embora a proposta declarada na introdução da obra não seja exatamente esta<sup>7</sup>. Outros estudos orientam-se na busca de um suposto método histórico que fundamentariam as propostas de transformação da história numa ciência social. Para os autores de *As escolas Históricas* o lugar desse método deveria ser encontrado num lugar

<sup>1</sup> Ver “A universidade e a perspectiva histórica: apontamentos”. In: NOVAIS, Fernando A. *Aproximações*. Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naif, 2005, p.295-304.

<sup>2</sup> Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco, Southey historiador do Brasil*. São Paulo Companhia Editora Nacional, 1974; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977; MELO, Jayro G. de. *A obra de João Capistrano de Abreu: um estudo*. Dissertação de mestrado, USP, 1979.

<sup>3</sup> NOVAIS, Fernando A. “In: Op. Cit., p...”

<sup>4</sup> CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>5</sup> ARRUDA, José J e TENGARRINHA, José M. *Historiografia Luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

<sup>6</sup> Isso pode ser constatado igualmente com a publicação de estudos de historiografia de historiadores estrangeiros: FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998; TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru, SP: EDUSC, 2000; CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2003;

<sup>7</sup> CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987.

intermediário, distanciando-se das elucubrações das filosofias da história, de um lado, e da falta de imaginação do empirismo de outro. O estudo de Josep Fontana, por exemplo, está preocupado com as mudanças nos critérios de reconstituição que orientam o historiador no seu trabalho de síntese, em diferentes formações sociais históricas. Preocupado, no entanto, com o processo de formulação, crise e superação de uma proposta de criação da ciência histórica dentro dos marcos teóricos do materialismo histórico.

A leitura desses trabalhos mencionados, além de outros, ensina-nos uma lição importante. Em primeiro lugar, as introduções, prefácios ou esclarecimentos iniciais, devem ser lidos atentamente. Em segundo lugar, dificilmente podemos confiar nas intenções e propostas explicitadas neles com o objetivo de compreender o que vem em seguida. O plano geral da obra, o andamento da argumentação, as ênfases e omissões, são, freqüentemente, muito mais reveladoras.

O fato é que toda essa preocupação de alguns historiadores com os rumos e possibilidades dos empreendimentos historiográfico, não é absolutamente nova. Apenas para ficarmos em um exemplo, na obra de Rogério Forastieri *História da historiografia* (2001), o autor se preocupou em rastrear os mais longínquas tentativas de análise e avaliação das obras de história. É certo que chamou estes estudos de “empenhos historiográficos” com o objetivo de diferenciá-los dos estudos historiográficos propriamente ditos, existentes apenas a partir do início do século XX, quando com o historiador suíço Eduard Fueter inaugura um tipo de reflexão sobre a historiografia cujos desdobramentos apontavam para o surgimento de um setor autônomo no campo dos estudos históricos. O que percebe-se como movimento novo na atualidade é, na verdade, uma confirmação e consolidação dessa tendência. Nesse sentido, a tão falada crise da história entendida como um fator desencadeador das reflexões sobre historiografia talvez seja apenas uma conjuntura favorável, mas de modo alguma determinante na sua emergência atual.

## II

Historiografia, no entanto, dever ser diferenciada de um “balanço crítico” que se faz sobre um conjunto de estudos dedicados a um determinado assunto, embora este

esteja contido naquela. Mas neste caso específico, a preocupação fundamental está na realização de um mapeamento, mais ou menos exaustivo, dependendo das intenções do estudo, a respeito do “estado da arte”. Implica na identificação das abordagens clássicas, nos seus fundamentos teóricos e indicações interpretativas e, sobretudo, nos seus desdobramentos em termos de renovação e avanços na pesquisa. Por outro lado, exige a reconstituição das vias conceituais e metodológicas de aproximação do objeto de estudo, bem como dos elementos de orientação definidores de todo um conjunto de opções e recortes.

Historiografia, por outro lado, traduz uma tentativa dos historiadores em submeter seu próprio viés de aproximação da realidade ao crivo de seus métodos e instrumentos de análise. Trata-se da tentativa de fazer uma história da história. Isso exige, inicialmente, muita clareza do que seja um estudo ou análise histórica.

A pergunta desloca-se portanto para o sentido do termo “história”. Termo que encerra duplo sentido. Nomeia o conjunto das formas de agir, pensar e sentir humanos, ou seja, a realidade. Como sinônimo de realidade histórica envolve o conjunto das ações e do acontecer humano, em diferentes momentos, em todos os lugares, desde que se revelem influentes e importantes para a existência e estruturação das sociedades do presente e do futuro. Esta é uma definição muito conhecida de Lucien Goldmann (1984: p.23). Mas história nomeia igualmente um certo tipo de conhecimento e saber. As características e especificidades da história enquanto conhecimento vem sofrendo alterações, desde os gregos. A resposta inicial sobre seu significado vem de Heródoto que falava de uma investigação e registro de fatos excepcionais reveladores da originalidade humana e que por isso não deveriam cair no esquecimento, sob pena de perdermos nossa própria identidade humana. A idéia de investigação apontava para o caráter autoral do empreendimento e a necessidade de uma atividade, de um esforço e de um trabalho de investigação, mais do que uma inspiração insuflada pelas musas. Isso não comprometeu a percepção de que os “fatos excepcionais” eram evidentes por si mesmos. Do ponto de vista moderno a idéia de “fatos excepcionais” foi transitando para a idéia da existência de uma dimensão excepcional escondida, não evidente, nos fatos, mas em qualquer fato. O trabalho de investigação histórica consistiria em descobrir e explicitar essa dimensão cujo critério definidor é justamente aquele apontado acima por Goldmann: na medida em que afeta a existência e

estruturação das sociedades humanas. Se esse é o objeto do conhecimento histórico, caberia a pergunta sobre qual não o é. O critério a partir do qual um certo ramo do saber deve ser definido pelo seu objeto, ou pela sua capacidade de recortar e delimitar esse objeto, funciona de maneira precária e parcial para a história, dado o caráter ilimitado e indefinido de seu objeto. Daí a estratégia de definir história a partir da natureza de seu discurso, ou seja, da narrativa em suas modalidades variadas como sugere, entre outros, Hayden White no seu “Meta-História” (WHITE, 1995). Mas há uma outra dimensão do discurso que se pode apontar: sua finalidade. Não se trata, obviamente, de reviver ou reproduzir o passado tal como se deu. Trata-se sobretudo de uma tentativa de reconstituição ou recomposição. Isso tem implicações. Qualquer dicionário aponta para as dimensões criativas da palavra reconstituição. Associa-se a composição ou criação de um conjunto articulado a partir de elementos distintos, resulta de um trabalho mental ou artístico, pressupõe arranjo ou disposição com ordem e arte. Se a característica fundamental do trabalho do historiador é reconstituir ou recompor o passado, ou melhor, a ação humana na trajetória do tempo, não pode perder de vista a noção de conjunto de relações, ou de totalidade. É nestes termos que a incorporação e o diálogo com as chamadas ciências sociais ou humanas deve ocorrer. Respondem ao desafio de reconstituir e interpretar ao mesmo tempo. Retomamos nesse ponto, novamente, Lucien Goldmann quando afirma que o trabalho dos historiadores exige um duplo esforço: de um lado reconstituir e compreender as ações humanas a partir de dentro, ou seja, identificar quais as motivações presentes nas ações e pensamentos dos atores envolvidos. Por outro lado, explicar o sentido objetivo que estas ações tiveram em determinadas circunstâncias históricas concretas. Os desdobramentos metodológicos dessa constatação indicam que os estudos que focam os aspectos materiais da existência devem necessariamente levar em conta os pensamentos que se constituíram sobre ele e a partir dele. O contrário é igualmente verdadeiro, ou seja, os estudos sobre as formas de pensamento e suas mudanças no tempo devem contemplar as dimensões materiais sobre as quais e a partir das quais são elaboradas. Obviamente esse procedimento deve evitar conclusões deterministas sem desconsiderar as relações de determinação.

Caso o conhecimento histórico possa ser entendido nos termos acima, a história da história, ou historiografia,

define-se como área dos estudos históricos onde a produção intelectual de um grupo específico de profissionais é eleita como campo privilegiado de investigação, com suas idiosincrasias internas, levando em conta necessariamente as circunstâncias e condições em que tal produção ocorre e que tornaram possível sua existência tal como se apresenta.

### III

A historiografia, ou a história dos historiadores por eles mesmos, pode expandir-se nessa linha de reflexão. Mas algumas questões mais técnicas poderiam ser objeto de discussão aqui. Alguns historiadores brasileiros vêm, com maior frequência, chamando a atenção para a escassez de uma elaboração metodológica específica nos estudos de historiografia. Poderíamos citar Raquel Glezer, num trabalho sobre a obra de José Honório Rodrigues; Maria de Lourdes Janotti, e Fernando Novais. Este último vem indicando, em textos variados, em entrevistas e cursos, alguns parâmetros básicos no exercício de avaliação e construção de textos de análise da historiografia.<sup>8</sup> O problema apontado aqui é que o caráter corriqueiro com que os estudos historiográficos vêm sendo feitos, até o momento, não resultaram necessariamente num maior apuro conceitual e metodológico desse campo do saber histórico. Falta, na maioria dos estudos, uma definição clara dos critérios e procedimentos necessários à seleção e análise dos textos, falta mesmo uma definição clara do que seja texto de história e do tipo de abordagem que caracteriza especificamente uma análise historiográfica.

A verdade é que muitos desses problemas de caráter mais técnico e metodológico são compartilhados com as outras áreas da historiografia acadêmica mais tradicional. Trata-se dos problemas relativos ao processo de escolha e seleção das fontes de informação, da matéria prima do trabalho do historiador, bem como dos procedimentos analíticos a que devem ser submetidas. Aparentemente no campo dos estudos de historiografia o pesquisador encontra-se numa posição vantajosa em relação aos colegas que se dedicam a explorar os outros territórios do conhecimento histórico. Pois supostamente o problema da delimitação do material de pesquisa, onde suas informações são extraídas e trabalhadas, ou seja, o conjunto dos escritos produzidos pelos historiadores, encontram-se definido previamente, constituem um material

<sup>8</sup> GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 2 vol, São Paulo, 1977. Usp, NOVAIS, Fernando. *Aproximações. Estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

pronto e à sua inteira disposição. Entretanto, nada mais falso que isso. Ainda que se pretenda estudar a obra de um historiador, ou as obras de história acerca de um determinado assunto, ou de um determinado lugar ou instituição, a tarefa pressupõe clareza e objetividade na definição sobre o que se entende por obra de história, por conhecimento histórico e por historiador. Sempre resta o recurso do enquadramento institucional. Mas esta é uma solução aplicada apenas a partir do séc. XIX. Após esse período, devido ao processo de institucionalização da profissão de historiador acompanhado da definição de um conjunto de regras e procedimentos de crítica das fontes, o problema da definição sobre o que é o conhecimento histórico e o historiador estaria supostamente resolvido. Historiador é um profissional formado para o exercício de uma função específica, orientado por regras específicas de um ofício. História, por sua vez, é um tipo de conhecimento resultante da aplicação desse conjunto de operações técnicas. Nessa linha de pensamento o critério do autor se sobrepõe ao critério das características do discurso na definição de conhecimento histórico. A questão mais imediata que surge, a partir desse entendimento, refere-se à seleção das obras de história produzida antes do séc. XIX, quando ainda não existiam os profissionais. Coloca-se ainda às obras produzidas ainda hoje, classificadas normalmente como obras de história, porém produzidas por autodidatas ou profissionais de outras áreas. Outro foco de problemas refere-se à própria produção dos historiadores, ou seja, como diferencia-las de trabalhos que situam no passado seus recortes temáticos mas abordados a partir da perspectiva sociológica, antropológica, etc. Em outros termos, como diferenciar a história social da sociologia histórica; a história antropológica da antropologia histórica; ou então, a história econômica da economia sobre o passado, da economia retrospectiva? Na medida em que estas questões estão sujeitas a muitas, variadas e divergentes respostas, o problema da delimitação ou escolha das fontes na área dos estudos de historiografia não estão resolvidos previamente.

O problema inicial, portanto, é um problema de definição de conceitos, de concepções acerca das características do conhecimento histórico. O ponto de partida, aliás, pode estar nas considerações sobre a ambigüidade do termo história. Deve-se avançar nas características intrínsecas do discurso, bem como nas

especificidades das suas formas de abordagens das ações e pensamentos humanos no curso do tempo, distintas, porém articuladas, com o campo das ciências humanas. Sendo assim, os problemas da seleção das fontes, em suma, depende de uma reflexão teórica prévia.

O segundo problema que se coloca refere-se à organização que se deseja imprimir ao material informativo coletado, no caso o conjunto das obras. Uma vez definido o bloco mais geral, cujos contornos obedecem a escolhas bem definidas como as obras de um autor, sobre um assunto, de um país, de uma instituição ou período, passa-se à definição de sub-blocos que exigem um aprofundamento de análise das obras. Aqui as possibilidades são igualmente amplas e afeta os esquemas da periodização. Pode-se pensar no critério das sucessivas gerações, escolas, linhas interpretativas, posicionamento ideológico, cronologia, etc. A amplitude das possibilidades, entretanto, abre brechas para os descaminhos da incoerência. Problema revertido apenas pela clareza e objetividade das opções.

Por fim, deve ser enfrentado o problema da crítica do material. Crítica entendido aqui como uma reconstituição e análise das condições históricas que tornaram possível aquela obra e aquele pensamento. O termo que poderíamos utilizar aqui é o de interpretação e que aponta para um conjunto de questões que não cabe avançarmos aqui<sup>9</sup>. Mas é necessário definirmos critérios de avaliação das obras escolhidas. O foco de avaliação pode ser a estrutura interna: a clareza, pertinência, originalidade e relevância dos temas e problemas escolhidos; a coerência e criatividade na abordagem das questões levantadas; a lógica da argumentação; a habilidade no manejo dos conceitos; a adequação metodológica, os esquemas teóricos em que a pesquisa e a elaboração de hipóteses se fundamenta, a contribuição dos resultados obtidos; o estilo, etc.

Outro foco possível relaciona-se com a inserção do texto no contexto intelectual de sua época: qual escola ou escolas teóricas se filia, em quais debates está inserido, contra que linha interpretativa ou teórica se posiciona; qual a contribuição para o avanço do conhecimento e aperfeiçoamento metodológico.

Um terceiro foco ainda é possível, ou seja, sua inserção no contexto histórico-social. Exige que consideremos o texto na sua dimensão ideológica. Nesse

<sup>9</sup> Ver LEFORT, Claude. *As formas da história*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ponto exige-se a análise das relações entre pensamento e o contexto histórico mais amplo bem como sua posição em relação a outras áreas do conhecimento e da cultura em geral, vinculando-se a contextos mentais mais abrangentes.<sup>10</sup>

A história da história, nos termos em que propomos, na abordagem metodológica aproxima-se da teoria das ideologias e da sociologia do conhecimento como sugere apropriadamente (ARRUDA, 1999). Segundo esse autor, cujos argumentos resumimos nos parágrafos seguintes, o discurso do historiador deve ser situado no interior da ideologia de uma época, de uma sociedade. Ideologia aqui no seu sentido mais abrangente. Não se trata simplesmente de uma visão de mundo que uma determinada classe impõe aos dominados, ou um contradiscurso dos dominados frente aos dominantes. Trata-se, sobretudo, de um elemento que plasma a estrutura conceitual, consciente ou não, que sustenta uma dada sociedade<sup>11</sup>. Ou, como explica Louis Dumont, conjunto de valores, representações e idéias comuns de uma dada sociedade que funciona como filtro que seleciona os acontecimentos, informações e conhecimentos que nos é dado reter<sup>12</sup>. Constatação que nos leva pensar nos limites do conhecimento histórico elaborado numa certa época.

A aproximação com a sociologia do conhecimento ocorre a partir do pressuposto de que existe uma conexão entre as configurações do saber e o lugar social de onde o historiador fala. Este “lugar social” funciona como um orientador de escolhas de temas, problemas, teorias, métodos, valores. Elementos esses que interferem no processo de investigação.<sup>13</sup>

Deve-se ressaltar aqui a natureza freqüentemente complexa das conexões que podemos estabelecer entre as obras de história, encarada como um segmento da produção cultural, e a própria realidade histórica. Devemos evitar, portanto, esquemas de análise e classificação pré-fabricados e relações mecânicas entre autor, obra e sociedade.<sup>14</sup>

Por outro lado, os comentários e as observações de interpretação e avaliação das obras, bem como de sua

trajetória, decorrem, pelo menos em parte, daquilo que cada autor elege como fio condutor de sua história da história. A perspectiva em que tal trajetória pode ser avaliada e analisada é, certamente, muito ampla. Como demonstram as obras Charles-Olivier Carbonell e Josep Fontana, mencionadas acima.

Chama a atenção aqui o fato de que no campo dos estudos de historiografia, assim como no conjunto das temáticas que integram o campo de preocupação dos historiadores, a delimitação das fontes, seguida de sua organização e definição de tipologias classificatórias, e de observações avaliativas, carece, além disso, de um esquema, ou de um modelo, global de análise, que possibilite pensar o sentido dessa produção no contexto que a gerou, bem como os direcionamentos que foi tomando posteriormente. Mesmo porque, o objetivo do historiador vai além da organização do material e da elaboração de um conjunto de comentários interessantes. A ordem lógica do conjunto das fontes adquire relevância no interior de modelos interpretativos, tanto mais adequados na medida que são capazes de refletir o movimento de constituição de seu objeto.

Os contornos do esquema analíticos, de uma maneira geral, dependem da definição de historiografia e quanto a isso as possibilidades são muitas. Vejamos alguns exemplos. Para Carbonell é o estudo que tem como objetivo “expor de um ponto de vista histórico – isto é, situando-a constantemente no seu contexto – a diversidade dos modos de representação do passado no espaço e no tempo”. Mais adiante, especifica afirmando que a historiografia é “nada mais que a história do discurso – um discurso escrito e que se afirma verdadeiro – que os homens têm sustentado sobre seu passado.”<sup>15</sup>. Nesse sentido, aproxima a historiografia do estudo das representações coletivas onde o discurso especializado aparece como testemunho. Para Fontana, trata-se de uma análise que integra as articulações de uma “economia política” e seu “projeto social” decorrente, que oferece os parâmetros da “concepção de história” num determinado contexto histórico. Para Francisco Iglésias é um indício e um instrumento no processo de superação do amadorismo e avanço da profissionalização do ofício do historiador, na medida em que o surgimento e expansão dos estudos de historiografia

<sup>10</sup> Pode-se aprofundar estas questões lendo, entre outros, Lucien GOLDMANN. Op. Cit.; Jean-Paul SARTRE, *Questão de método*. São Paulo: Difel, 1967; Caudé LEFORT, *As formas da história*, São Paulo: Brasiliense, 1979.

<sup>11</sup> DUMÉZIL, Georges. *L'idéologie tripartite des Indo-Européens*. Paris, 1967, p.65.

<sup>12</sup> DUMONT, Louis. *Homo Aequalis*. Paris, 1977, p.16.

<sup>13</sup> MERTON, Robert. “La sociologia Del conocimiento”. In: HOROWITZ, Irving Luis (org). *Historia y elementos de la sociologia del conocimiento*. Buenos Aires: T.I., 1974.

<sup>14</sup> Ver a este respeito ARRUDA, José Jobson A. e TENGARRINHA, José M. *Historiografia Luso-Brasileira contemporânea*. Bauru/SP: EDUSC, 1999, pp.11-15.

<sup>15</sup> CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987, pp.6.

refletem a existência de um acúmulo de obras bem como direciona os rumos da pesquisa posteriores.<sup>16</sup> Para José Jobson Arruda a historiografia, ou seja, a reflexão sobre a produção dos historiadores, visa a “compreensão da história através das obras históricas, das visões ou teorias que as orientaram ou circunstanciaram, bem como o estudo das forças de percepção, vale dizer, das perspectivas ou ideologias que subjazem às obras, no interior das quais ganha realce o significado dos temas e problemáticas selecionadas”<sup>17</sup>.

Além disso, é fundamental a definição de um modelo de análise que dê conta dos nexos, sempre complexos, que se estabelecem entre as obras, os autores e o contexto, seja esse social-econômico-político, ou intelectual. Aqui é necessário fugir das relações fáceis e mecanicistas. Um exemplo que deve ser estudado com atenção é aquele sugerido por Antonio Cândido no ensaio muito conhecido onde discute os impasses entre as correntes que advogam uma interpretação das obras a partir dos seus condicionamentos sociais e outras que valorizam as operações formais. Conclui afirmando: “Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo o texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*”<sup>18</sup>

#### IV

Campinas tornou-se a uma das cidades mais importantes do interior do estado de São Paulo. Juntamente com outras cidades, compõe um dos pólos mais dinâmicos da economia brasileira. Nesse sentido, todo um conjunto de estudos foram se desenvolvendo com o objetivo de explicar essa dinâmica, mas também de definir estratégias de intervenção nela. Muitos desses estudos caráter ou intenção históricos. Estudos realizados no velho estilo dos institutos histórico-geográficos, bem como estudos que

buscam atender as exigências e incorporar os modelos de reconstituição e análise desenvolvidos na universidade. Esse conjunto não se restringe, certamente, à área de história, envolve também a economia, a sociologia, a educação, etc. Além de estudos mais sistemáticos, existe um conjunto grande de memórias, crônicas, reportagens, relatos de viagem, entre outros. Entretanto, os escritos históricos se destacam, quando não por outros aspectos, pelo volume.

Em grande volume e de qualidade variável, o fato é que os estudos na área de história não passaram ainda por um processo mais sistemático de avaliação. Alguns levantamentos foram já realizados, mas falta ainda uma reflexão abrangente contextualizando essa produção e submetendo-a a análises mais criteriosas cuja ausência pode interferir de maneira negativa nos avanços posteriores. É preciso considerar que o passado não chega até nós como uma massa heterogênea e desconexas de informações e fragmentos. Todo um processo de seleção e arranjos ocorrem antes que os historiadores se dediquem a analisar essas informações. Este trabalho prévio, geralmente, é feito pelas tradições orais, memorialista, etc. Produção heterogênea que necessita ser submetida a um trabalho de avaliação crítica. O historiador e qualquer outro estudioso da sociedade, antes de iniciar seu trabalho, ou no processo de sua realização, deve preocupar-se com essas realidades já pensadas. Caso contrário, corre-se o risco de se reproduzir padrões não conscientes de reconstituição e interpretação do passado.

Três problemas devem ser enfrentados desde o início. Em primeiro lugar, a definição do que se entende por historiografia campineira, ou seja, qual a dimensão desse território, que conjunto de escritos abarca? Em segundo lugar, deve-se precisar suas etapas, os sub-grupos que esse conjunto de escritos suporta. Em terceiro lugar, definir perspectivas analíticas e de avaliação dos escritos escolhidos.

Apenas a título de indicação vamos detalhar cada um desses pontos. O problema da seleção dos escritos depende daquilo que se pretende entender como historiografia campineira. Campinas pode ser encarada tanto como uma circunscrição espacial e lugar de origem ou como temática. No primeiro caso pertenceriam à

<sup>16</sup> Ver IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte. MG: UFMG, IPEA, 2000, pp 19-22.

<sup>17</sup> ARRUDA, José Jobson e TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia Luso-brasileira Contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, pp.12.

<sup>18</sup> MELLO E SOUZA, Antonio Candido. *Literatura e sociedade*. 8º ed. São Paulo: T.ª Queros, 2000, pp.5-6.

historiografia campineira a produção autores que nasceram em Campinas, independente dos temas tratados em suas obras. Mas essa não é a compreensão mais comum. No geral o critério temático é mais consensual. Embora aqui sempre é possível estabelecer uma distinção entre estudos onde a cidade aparece como objeto e universo documental para se desenvolver temáticas mais abrangentes; e estudos onde a cidade além de objeto é também a temática central de análise. De qualquer maneira, o fato é que, quando várias possibilidades de recortes se apresentam a solução está na necessidade de explicitarmos nossos critérios e procurarmos manter a coerência.

Outro problema diz respeito à organização e classificação desse conjunto de obras. Aqui os critérios de definição dos grupos também pode variar. Pode-se privilegiar características intrínsecas do discurso, ou seja, estilo, linha teórico-interpretativa, implicações ideológicas, etc. Pode-se ainda valorizar a formação específica dos autores: auto-didatas, acadêmicos, etc, e seus vínculos institucionais com academias, institutos de pesquisas, universidade, entre outros. Certamente que uma combinação coerentes desses critérios é sempre o desejável. Numa primeira aproximação, poderíamos dividir a produção de obras históricas sobre Campinas e três etapas: um primeiro momento corresponderia a produção dos memorialistas, ou seja, escritos de autodidatas e que registraram diferentes aspectos da trajetória da cidade em diferentes momentos. Trata-se de uma produção realizada fora de esquemas institucionais. A variedade de aspectos da cidade que ela aborda é ampla mas se destacam alguns pontos pela repetição, como a exaltação de personalidades da cidade que tiveram a alguma projeção de fora dela, é o caso de figuras de Carlos Gomes, Campos Salles, entre outros. Tematiza ainda aspectos da vida social dos grupos dominantes, vida religiosa e festejos populares vinculados a ela. No conjunto o tom geral dos trabalhos mesclam saudosismo e defesa dos valores tradicionais, típicos de sociedades base agrária ao mesmo tempo acompanhada de uma exaltação otimista em relação a ao progresso da cidade. A obra exemplar aqui é a de Raphael Duarte “*Campinas de outrora*”, publicada em 1905.

A segunda etapa pode ser identificada num conjunto de obras de autores que mantiveram com os memorialistas uma afinidade temática e de abordagem mas que buscaram incorporar elementos da produção científica na área de história. No geral, essa produção aproxima-se e identifica-se com aquelas originadas nos Institutos Históricos e Geográficos e que poderíamos chamar aqui, a de modo muito genérico, de produção erudita. Essa produção destacou-se no debate sobre a data precisa da fundação

da cidade. De modo geral ela não rompeu com a tradição memorialista mas encampou seu universo temático e sua visão geral a respeito da trajetória da cidade. Consolidou uma periodização da história de Campinas centrada essencialmente nos marcos político-administrativos e tem como foco privilegiado as transformações pelas quais a cidade passou a partir da segunda metade do séc. XIX e início do período republicano, já que é justamente nesse momento que sofreu seu primeiro surto de modernização compondo uma imagem de progresso permanente com a qual as elites locais sempre tiveram interesse em se associar. A obra que melhor exemplifica essa fase é uma publicação coletiva de 1952 intitulada “*Monografia histórica do município de Campinas*”.

A terceira etapa da historiografia campineira refere-se a produção universitária. Desde pelo menos o final dos anos 80 e anos 90, que programas de pós-graduação da Universidade de Campinas e da Universidade de São Paulo vem abrigando trabalhos de pesquisadores que elegeram Campinas como seu objeto privilegiado de estudos. Mais recentemente criou-se na Unicamp um centro de memória e estudos históricos sobre Campinas, que reúne, organiza e preserva parte do acervo documental da cidade, mantendo inclusive uma linha regular de publicação como a Coleção Campiniana. No conjunto, segue as características básicas do padrão acadêmico, ou seja, temas bem delimitados, períodos bem definidos, análise rigorosa das fontes de informação, o uso de metodologias científicas, explicitação das linhas teóricas e interpretativa os, etc.

Do ponto de vista da avaliação dessa produção, em suas diferentes fases, acredito que deve-se evitar a identificação de etapas numa escala evolutiva rígida, que supostamente caminharia do mais ingênuo, amadorístico, ideológico e descritivo para o mais científico, analítico, profissional e neutro. Uma série de cuidados deve ser tomada para não cairmos em simplificações desse tipo (NOVAIS, 2005, p.295-304). Devemos, nesse ponto, nos apropriarmos de um instrumental de análise apontado acima e que caracteriza os estudos propriamente historiográficos. A tentativa de contextualização dos escritos sobre Campinas dentro do movimento mais geral da historiografia brasileira é um procedimento fundamental assim como o diálogo que estabelece com os estudos desenvolvidos em outras áreas do conhecimento.

## V

Quais tem sido os objetivos do conjunto dos estudos de historiografia apresentados até o momento. Na maioria dos casos trata-se de mapeamentos gerais

voltado para reconhecimento do campo de estudos. Nesse caso, realizam-se balanços bibliográficos com o objetivo de se detectarem realizações, tendências, lacunas e novas possibilidades de pesquisa. Tais estudos possuem um caráter mais instrumental. Temos também estudos preocupados com as maneiras como se institui e se desenvolve em sociedades específicas, ou em momentos específicos de uma mesma sociedade, a sua relação com o passado. Nesses casos o discurso produzido pelo historiador é um indício de uma consciência histórica mais geral. Outros preocupam-se com a evolução da ciência histórica, da Grécia antiga até os dias de hoje. Temos, por fim a reflexão dos filósofos, preocupados mais com a epistemologia da história.

Poderíamos propor uma outra direção. Os estudos historiográficos possuem uma função instrumental, mas em outra direção daquela mencionada acima. Mas devemos reconhecer que deve desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento das pesquisas na área de história.

Os estudos recentes, envolvidos com o problema, são unânimes em afirmar que esse tipo de reflexão, para obter resultados satisfatórios, deve acompanhar de perto a dinâmica das investigações e das pesquisas num diálogo permanente e crítico. Acrescente-se, ainda, que é desejável que o exame da historiografia represente um aspecto constitutivo do ofício do historiador e não uma especialização autônoma. De um modo geral, os estudos e as pesquisas históricas tem como procedimento usual o levantamento e a reflexão a respeito do estado dos conhecimentos referentes ao tema ou período que se estuda. É o ponto de partida que justifica a relevância e a pertinência das novas iniciativas, pela fragilidade, equívocos, ausências ou incompletude dos trabalhos existentes. No caso do Brasil, especificamente, a emergência recente desse campo reflete um amadurecimento da historiografia nacional, é o sintoma de que uma massa crítica de estudos históricos vem se constituindo e a historiografia representa essa espécie de consciência crítica necessária para que os avanços posteriores não se dêem sem o diálogo, a crítica, a incorporação e a superação dos estudos existentes. A historiografia pode funcionar como um antídoto contra os efeitos mais nefastos dos modismos, tão freqüente nos nossos meios acadêmicos.

Qual o propósito final dos estudos de historiografia? Não dá para ignorar, num primeiro plano, a utilidade instrumental que representa para o avanço e aperfeiçoamento da pesquisa histórica. A identificação de lacunas no conhecimento; o diagnóstico das tendências e

dos rumos das pesquisas; a identificação das áreas de concentração e de preferência dos historiadores; a iniciativa de explicitar os temas mais controversos, as interpretações mais polêmicas; a discussão sobre o esgotamento ou a renovação de técnicas e métodos de investigação; a definição de mecanismos de auto-avaliação e crítica permanente podendo ampliar o grau de cientificidade dessa área de conhecimento, na medida mesmo que implica numa ampliação do grau de consciência do profissional sobre as condições de possibilidade de seu próprio ofício, etc. Uma segunda ambição poderia ser a de se estudar a história que se faz a partir da história que se escreve, ou seja, os estudos de historiografia abrem a possibilidade de aprofundarmos a reflexão sobre o estatuto e os mecanismos a partir dos quais uma determinada sociedade define a relação com seu passado. Nesse processo, pode-se entender as relações que se estabelecem entre o discurso profissional e esse universo mais amplo e complexo da memória coletiva. E na medida em que entendemos como isso funcionou nas sociedades passadas, podemos relativizar algumas indicações mais presunçosas da total independência da ciência histórica na sociedade do presente.

## Bibliografia

- ARRUDA, José Jobson e TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*, Rio de Janeiro: UFRK/FGV, 1998.
- BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992.
- BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- CAMPOS, Pedro Moacyr e COSTA, Emilia Viotti da - "Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX" in: Jean Glenisson - *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991, pp.250-293.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) - *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARR, E.H *Que é História?* 2ªed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1982.
- DUARTE, Raphael. *Campinas de outrora*. s/ed., 1905.
- DUMÉZIL, Georges. *L'idéologie tripartite des Indo-Européens*. Paris, 1967
- DUMONT, Louis. *Homo Aequalis*. Paris, 1977.
- FALCON, Francisco J.C. "A Identidade do Historiador", in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.9, nº17, 1996, p.7-30.
- FEBVRE, Lucien - *Combates pela História*, 2ªed., trad.port.: Leonor M. Simões e Gisela Moniz, Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A história no Brasil 1980-1989*. Elementos para uma avaliação historiográfica. Vol. I. Ouro Preto, UFOP, 1992.
- FIGUEIRA, Pedro de Alcantara. *Historiografia brasileira 1900-1930*. Assis. Unesp. 1973.
- FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru/SP: Edusc, 1998.
- FOUCAULT, Michel - *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FURET, François- *A Oficina da História*, Lisboa: Gradiva, s/d.
- GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues*. USP.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia*, São Paulo: Difel, 1984.
- HADDOCK, B.A. *Uma introdução ao pensamento histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOROWITZ, Irving Luis (org). *Historia y elementos de la sociologia del conocimiento*. Buenos Aires: T.I., 1974.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.
- IGLÉSIAS, Francisco. *História e ideologia*. São Paulo, perspectiva, 1981.
- KRANTZ, Frederick (org). *A outra história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LAPA, José R. Amaral. *História e historiografia: Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1985.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *O antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1994.
- LE GOFF, Jacques (e outros)- *A História Nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- MONOGRAFIA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.
- MORAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. SP: Ática, 1977.
- ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo*. São Paulo: Unesp, 1997.
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *História da historiografia*. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- THOMPSON, E.P.- *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltencir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UNB, 1998.
- VEYNE, Paul. (org). *História e historicidade*. Lisboa: Gradiva, 1988.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. SP: Brasiliense, 1991.
- WHITE, Hayden. *Meta-História. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.